



Relatório do Grupo de Trabalho para análise de Procedimentos a adoptar para Admissão de Novos Membros

Data: 2 de Agosto de 2012

0. Antecedentes

O Conselho de Admissão e Qualificação (CAQ), na sua reunião de 9 de Julho p.p., decidiu constituir um Grupo de Trabalho (GT), com a composição a seguir indicada, tendo como objectivos:

- *Inventariação dos constrangimentos que se têm colocado aos júris nacionais no desempenho das suas atribuições de avaliação curricular individual.*
- *Elaboração de um documento regulador que estabeleça metodologias para melhorar o quadro de critérios de admissão de modo a garantir-se, de forma efectiva, a sua objectividade e a uniformidade entre as várias especialidades.*
- *Proposta de melhoria na celeridade e eficácia do sistema de avaliação curricular individual em funcionamento.*

Grupo de Trabalho:

- Eng. Fernando José Pires Santana, Coordenador
- Eng. Fernando António Baptista Branco
- Eng. José António de Bessa Pacheco
- Eng. Pedro Manuel Brito da Silva Girão
- Eng. António Fontaínhas Fernandes

1. Objectivos

O presente Relatório tem por objectivo reportar a informação, entretanto obtida junto dos Colegas que têm participado na avaliação curricular individual, sobre o modo como este procedimento tem estado a decorrer e, por outro lado, apresentar uma proposta de metodologia produzida pelo GT relativa àquele assunto, procurando assim satisfazer a anteriormente mencionada Resolução do CAQ.

2. Inventariação dos constrangimentos que se têm colocado aos júris nacionais no desempenho das suas atribuições de avaliação curricular individual

Em Anexo, reproduzem-se algumas opiniões gentilmente facultadas ao GT por Colegas que têm tido intervenção no processo de avaliação curricular individual, das quais se destacam os seguintes aspectos:

- Excessivo trabalho do Júri na apreciação do processo administrativo;
- Falta de informação introduzida no portal de avaliação (por exemplo, a relativa às datas de conclusão dos graus, respectivos estabelecimentos de ensino e médias de curso, ou mesmo a indicação se o curso é de 3 anos ou de 5 anos);
- Dificuldade de despacho nos casos de detentores de um grau de mestre com:
 - Formação do 1º ciclo distinta da do 2º Ciclo;

- Formação de 1º Ciclo realizada: Licenciatura em Ciências de Engenharia ou em Engenharia;
- Formação não directamente enquadrável nas especialidades da Ordem (por exemplo, biologia marinha e produção alimentar).

Seguidamente, mostra-se um resumo do trabalho em curso (por Especialidade) relativo à avaliação curricular individual de candidatos a membros da OE.

Como se pode verificar, trata-se de um volume de trabalho considerável, pelo que importa, sem perda de rigor e de enquadramento legal, adoptar práticas que agilizem a intervenção dos Júris.

Grau de Qualificação E1

Especialidade	N.º processos recebidos	N.º processos despachados	% processos despachados	% processos despachados para exame
Eng. Agronómica	5	0	0,00	-
Eng. Ambiente	4	0	0,00	-
Eng. Civil	255	70	27,45	100,00
Eng. Eletrotécnica	65	45	69,23	11,11
Eng. Florestal	0	0	-	-
Eng. Geográfica	5	5	100,00	0,00
Eng. Geológica e Minas	4	0	0,00	-
Eng. Informática	14	12	85,71	58,33
Eng. Materiais	0	0	-	-
Eng. Mecânica	37	18	48,64	0,00
Eng. Naval	0	0	-	-
Eng. Química e Biológica	3	3	100,00	33,33
TOTAL	392	153	39,03	54,24

Grau de Qualificação E2

Especialidade	N.º processos recebidos	N.º processos despachados	% processos despachados	% processos despachados para exame
Eng. Agronómica	17	2	11,76	0,00
Eng. Ambiente	72	23	31,94	0,00
Eng. Civil	668	429	64,22	0,00
Eng. Eletrotécnica	150	120	80,00	12,5
Eng. Florestal	3	1	33,33	0,00
Eng. Geográfica	6	4	66,67	0,00
Eng. Geológica e Minas	16	8	50,00	0,00
Eng. Informática	19	12	63,16	8,33
Eng. Materiais	4	4	100,00	0
Eng. Mecânica	142	80	56,34	1,25
Eng. Naval	1	1	100,00	0,00
Eng. Química e Biológica	26	26	100,00	0,00
TOTAL	1124	710	63,17	2,39

Resumo (Graus de Qualificação E1 e E2)

Especialidade	N.º processos recebidos	
	N.º	%
Eng. Agronómica	22	1,45
Eng. Ambiente	76	5,01
Eng. Civil	923	60,88
Eng. Eletrotécnica	215	14,18
Eng. Florestal	3	0,20
Eng. Geográfica	11	0,73
Eng. Geológica e Minas	20	1,32
Eng. Informática	33	2,18
Eng. Materiais	4	0,26
Eng. Mecânica	179	11,81
Eng. Naval	1	0,07
Eng. Química e Biológica	29	1,91
TOTAL	1516	100,00

3. Proposta de Metodologia para Admissão de Novos Membros por Avaliação Curricular Individual

3.1 Enquadramento

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 369/2007, respeitante à instituição da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), a capacidade para acreditação de cursos, mesmo para efeitos profissionais, passou a ser competência exclusiva daquela Agência (ver s.f.f. extracto do Artigo 7.º do supramencionado Decreto-Lei).

Decreto-Lei n.º 369/2007

Artigo 7.º **Acreditação**

.....
Compete ao conselho de administração da Agência, em função dos resultados da avaliação e do cumprimento, pelas instituições de ensino superior nela interessadas, dos requisitos constantes do artigo 57.º do Decreto -Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, a decisão de acreditação, que pode ser:

- a) **Favorável**, tendo por consequência a autorização da entrada em funcionamento, numa instituição de ensino superior, de um ciclo de estudos conducente a determinado grau académico e o reconhecimento do mesmo grau, nos termos do Decreto -Lei n.º 74/2006, de 24 de Março;
- b) **Favorável, mas condicionada** à tomada, pela instituição de ensino superior interessada no procedimento, de medidas no âmbito do sistema de garantia da qualidade julgadas necessárias pela Agência, dentro do prazo por esta fixado e com sujeição à respectiva verificação, e sob pena de conversão em decisão desfavorável;
- c) **Desfavorável**, tendo por consequência a não produção dos efeitos referidos na alínea a).

3 — A decisão favorável no âmbito de um processo de acreditação é válida por um prazo inicial, a fixar por regulamento da Agência, que não pode exceder oito anos, findo o qual carece de sucessivas revalidações, em prazo a fixar naquele regulamento, podendo ser cancelada antes do decurso dos prazos, quando tal seja consequência dos resultados de avaliação extraordinária superveniente, determinada por circunstâncias específicas que a exijam.

.....
6 — Os procedimentos de acreditação:

- d) **Incluem necessariamente a contribuição de entidades externas** relevantes para o processo, **designadamente das ordens** e outras associações públicas profissionais, bem como de outras entidades científicas, culturais e económicas;

.....
7 — Nos procedimentos de acreditação são obrigatoriamente ouvidas as entidades mais representativas das profissões para cujo exercício os ciclos de estudos em causa visem habilitar, abrangendo **ordens** ou associações profissionais, associações sindicais e patronais, e ainda os ministérios interessados.

8 — Sem prejuízo do disposto nos n.ºs 6 e 7, é interdita a qualquer entidade que não a Agência a acreditação, para efeitos profissionais, de qualquer instituição de ensino superior ou ciclo de estudos.

Assim, embora esteja agora vedada à Ordem dos Engenheiros a acreditação de cursos que anteriormente realizava, para efeitos da avaliação da necessidade de exame prévio à admissão de novos membros, a Ordem conserva, enquanto associação profissional independente (não tem Tutela do Estado ou de qualquer outra Entidade), a capacidade para decidir sobre os requisitos que deverão satisfazer os candidatos que requeiram a sua admissão a membros.

Recorde-se, a este propósito, que os Estatutos da Ordem dos Engenheiros foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 119/92, consignando-se no seu Artigo 3.º - Inscrição - “A atribuição do título, o seu uso e o exercício da profissão de engenheiro dependem de inscrição como membro efectivo da Ordem”, do qual decorrem responsabilidades para a Ordem, designadamente perante a Sociedade.

3.2 Proposta de Metodologia para Admissão de Novos Membros por Avaliação Curricular

Tendo presente o anteriormente exposto, o GT propõe que a metodologia a seguir indicada seja adoptada como base da intervenção dos Júris de Avaliação Curricular Individual, sem prejuízo de dever ser encarada com carácter transitório, ou seja, devendo ser revista logo que esteja estabilizada a intervenção da A3ES, no âmbito das suas competências de acreditação de cursos e de instituições.

- Pressupostos
 - (i) Enquadramento legal resultante da instituição da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES);
 - (ii) O actual período de transição, relativamente à acreditação de cursos da responsabilidade da A3ES, ou seja, a maior parte dos cursos dispõe transitoriamente de “Acreditação Preliminar” até serem verificadas condições para a sua eventual passagem a “Acreditação” ou recusa de manutenção em funcionamento;
 - (iii) Informação existente relativa à apreciação de cursos efectuada pela OE, designadamente: concessão do Selo de Qualidade Eur-Ace; histórico de acreditações anteriores;
 - (iv) Documento: “Avaliação Curricular Individual - Recomendações” aprovado na Reunião do CAQ de 12 de Setembro de 2011.

Proposta de Metodologia

A – Candidatos ao Grau de Qualificação E1

A.1 Serão admitidos como Membros da OE, sem necessidade de submissão a exame, os candidatos que tenham concluído um curso de 1.º Ciclo de Engenharia (Licenciatura) que satisfaça no mínimo uma das seguintes condições:

- a) Tenha Acreditação (“definitiva”) pela A3ES;
- b) Tenha Acreditação Preliminar pela A3ES e não tenha parecer negativo dado pela OE;
- c) Selo de Qualidade Eur-Ace.

A.2 Os candidatos que não satisfaçam o disposto em A.1, incluindo os que possuam um diploma de Licenciatura em “Ciências e Engenharia”, normalmente outorgado pelas Escolas no âmbito de Mestrados Integrados e respeitando aos 180 ECTS dos três primeiros anos curriculares, terão de se submeter a exame de admissão.

A.3 Os candidatos que não satisfaçam o disposto em A.1 serão submetidos a exame.

B – Candidatos ao Grau de Qualificação E2

B.1 Serão admitidos como Membros da OE, sem necessidade de submissão a exame, os candidatos que tenham concluído um curso de Mestrado Integrado de Engenharia que satisfaça no mínimo uma das seguintes condições:

- a) Tenha Acreditação (“definitiva”) pela A3ES;
- b) Tenha Selo de Qualidade Eur-Ace;
- c) O actual curso de Mestrado Integrado corresponda a uma Licenciatura “pré-Bolonha” com Acreditação pela OE válida a 31 de Dezembro de 2010.

B.2 Serão admitidos como Membros da OE, também sem necessidade de submissão a exame, os candidatos que tenham concluído um curso de 2.º Ciclo de Engenharia (Mestrado) que satisfaça no mínimo uma das condições a seguir indicadas [a), b) ou c)] e que disponham de um 1.º Ciclo de Engenharia na área de especialidade do Mestrado.

- a) Tenha Acreditação (“definitiva”) pela A3ES;
- b) Tenha Acreditação Preliminar pela A3ES e não tenha parecer negativo dado pela OE;
- c) Tenha Selo de Qualidade Eur-Ace

B.3 Os candidatos que não satisfaçam o disposto em B.1 ou B.2 terão de se submeter a exame de admissão.

No Anexo 2 apresenta-se um Esquema de Decisão para a Avaliação Curricular Individual.

4. Proposta de melhoria na celeridade e eficácia do sistema de avaliação curricular individual em funcionamento.

Da informação recolhida das opiniões facultadas ao GT por Colegas que têm tido intervenção no processo de avaliação curricular individual e das opiniões dos colegas do GT intervenientes em Júris de Avaliação, o processo tornar-se-ia mais célere se os Serviços Administrativos da Ordem pudessem:

- Incluir na ficha disponibilizada no portal sobre o processo de cada candidato, mais algumas informações:
 - Curso com Acreditação (“definitiva”) pela A3ES;
 - Curso com Acreditação Preliminar pela A3ES;
 - Curso com Selo de Qualidade Eur-Ace.
 - Se a licenciatura é de 3 anos ou de 5 anos (Por exemplo L3 ou L5)
 - Datas de conclusão dos graus, respectivos estabelecimentos de ensino e médias de curso);
- Informar qual a actividade profissional dos candidatos à Ordem que correspondeu ao exercício de trabalho na área de engenharia;
- Verificar se os certificados com as classificações das disciplinas fazem efectivamente parte dos processos;
- Disponibilizar os documentos para consulta do júri com tamanho mais reduzido em termos de memória ocupada. Por exemplo, se os documentos forem sujeitos a um processo de OCR permite-se, quando forem muito extensos, dividi-los em mais do que um ficheiro.

O Grupo de Trabalho

Eng. Fernando José Pires Santana (Coordenador), Eng. Fernando António Baptista Branco, Eng. José António de Bessa Pacheco, Eng. Pedro Manuel Brito da Silva Girão e Eng. António Fontainhas Fernandes

ANEXO

1. INVENTARIAÇÃO DOS PRINCIPAIS CONSTRANGIMENTOS QUE SE TÊM COLOCADO AOS JÚRIS NACIONAIS:

1.1. Da especialidade de Eng.^a Geográfica (da Colega Ana Fonseca):

“Só houve dois casos críticos:

- Um que entendemos que não tinha perfil de formação para a especialidade (formação mais centrada em Minas); dei o seguinte parecer: Em 02-07-2012: O CV do candidato não o habilita para se candidatar ao Colégio de Eng.^a Geográfica dado que a sua formação é na área de Minas.”

Nota de BP: De acordo com as Recomendações do CAQ sobre a Avaliação Curricular Individual, se o Mestrado 2º ciclo Pós-Bolonha for numa Especialidade ou Especialização diferente da do curso de 1º ciclo pode ser admitido para o Grau E2 **com exercício profissional limitado**.

- um caso de Licenciatura em Ciências de Engenharia (LCE) - ramo de Eng.^a Geográfica, da UP; este último caso, corresponde a uma Mestre em EG, que é neste momento docente da UP, que tem um perfil de formação igual às antigas Licenciaturas acreditadas pela OE e que vê a sua admissão barrada na OE pelo facto de ter, na base, uma LCE.

Como o problema dos Mestres com LCE, está neste momento em resolução, em colaboração com a Universidade, com um anexo ao diploma, que dirá qualquer coisa como «para efeitos profissionais .. equivalência ... a Licenciatura em Engenharia ..», que a OE acolherá (?), e os casos que ocorrem entre a aprovação do novo RAQ e a solução definitiva deste problema, não podem ser excluídos da OE, dei o seguinte parecer:

Em 02-07-2012: A candidata cumpre (e excede largamente) os requisitos mínimos para admissão ao grau E2. Sendo a Mestre, Licenciada em Ciências de Engenharia (ramo Engenharia Geográfica), pela Universidade do Porto, e **estando o problema da admissão dos Licenciados em Ciências de Engenharia Geográfica da Universidade do Porto e de Coimbra em resolução, através de um acordo entre a OE e a Universidade**, sugiro que este caso seja tratado excepcionalmente, por decisão de admissão a preferir pelo Conselho Directivo Nacional.

A especialidade tem na Universidade Portuguesa, uma Licenciatura em Engenharia Geográfica (FCUL), e três Mestrados em Engenharia Geográfica (FCUL), (FCTUC), (FCUP), que dão formações robustas, Mestrados estes equivalentes às três licenciaturas pré-Bolonha acreditadas pela OE (em cuja acreditação colaborei) e para cuja qualidade, contribuiu o sistema de Acreditação da OE. Por razões internas das Uni, em Coimbra e Porto foi decidido funcionar ao nível da licenciatura em tronco comum com outras engenharias (Civil, Minas, ..) e portanto em LCE, o que as atira pela borda fora do novo RAQ.”

Segundo a proposta 3.2 A2) do GT o candidato deveria ser submetido a exame.

1.2. Da especialidade de Eng^a de Materiais (da Colega Patrícia Carvalho):

"Ainda não senti constrangimentos na avaliação porque até agora os processos de candidatura ao Colégio de Engenharia de Materiais foram de resolução simples.

Sinto talvez que o portal, apesar de servir o propósito, poderia ser um pouco limado."

1.3. Da especialidade de Eng^a Civil (do Colega Fernando Branco):

"A minha posição é clara: Dispensar de exame todos os alunos provenientes de cursos com aprovação provisória ou definitiva pela A3ES e fazer o mesmo para o passado desses cursos.

Este critério foi acordado na eng. civil a semana passada".

"Não vejo necessidade de haver mais comissões sobre este assunto, mais que discutido.

Só há 2 ou 3 hipóteses que podem ser votadas no CAQ da próxima semana, já que não acredito num consenso total."

1.4. Da especialidade de Eng^a Química e Biológica (da Colega Luísa Araújo):

"No que respeita à Engenharia Química e Biológica, não surgiram até agora constrangimentos importantes e o documento de apoio à avaliação elaborado pelo Colégio tem sido, em minha opinião, suficiente para enquadrar os pedidos que apareceram.

O caso mais complicado foi o de um candidato com um currículo escolar situado algures entre a biologia marinha e a produção alimentar, e que pretendia entrar com a especialidade de "engenheiro alimentar". Como o currículo apresentava importantes lacunas em relação às competências definidas para um engenheiro químico e biológico, **a opinião do júri foi que seria necessário um exame de admissão. Não tenho até agora informação que o candidato tivesse requerido esse exame.** Este caso, embora o curriculum apresentado fosse realmente atípico e a formação base duvidosa, **levanta, quanto a mim, a questão das especialidades que não se encontram tipificadas nos Colégios.** Parece-me evidente que a Ordem não pode multiplicar as definições de especialidades dentro dos actuais Colégios, nem me parece eficiente em termos de organização que se fomente o aparecimento de mais Colégios. No entanto parece-me que esta questão merece reflexão, especialmente se começarem a aparecer em número significativo currículos com alguma qualidade e não enquadráveis nas especialidades definidas nos Colégios."

1.5. Da especialidade de Eng^a Mecânica (dos Colegas Manuel Gameiro e Adélio Gaspar):

"O facto de os elementos do júri de avaliação terem que efectuar a verificação do processo administrativo é neste momento um constrangimento. Aspectos como a verificação de que os certificados com as classificações das disciplinas fazem efectivamente parte dos processos estão a ser deixados para o júri, o que torna a avaliação de cada processo mais demorada.

Para tornar a avaliação mais expedita, **seria importante incluir na ficha disponibilizada no portal sobre o processo** de cada candidato, mais algumas informações (p. ex. datas de conclusão dos graus, respectivos estabelecimentos de ensino e médias de curso). **A verificação de que a actividade profissional dos candidatos** correspondeu ao exercício de trabalho na área de engenharia **poderia ser também um acto administrativo** efectuado antes de o processo ser enviado para o júri."